

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: PSB troca líder e partido vota contra presidente](#) 3

[Título: Em dia de contas, governo tem surpresas e perde dois votos](#) 4

O Estado de S. Paulo

[Título: Amazônia: 9% do desmate vêm da mineração](#)..... 9

Folha de S. Paulo

[Título: Comissão aprova relatório a favor de Temer na Câmara](#) 12

Correio Braziliense

[Título: Guerra no PSB](#) 15

Valor Econômico

[Título: CCJ rejeita segunda denúncia contra Temer por 39 a 26](#) 19

[Título: Novo Refis arrecada quase R\\$ 10 bilhões, afirma ministro](#) 18

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: PSB troca líder e partido vota contra presidente	3
Título: Em dia de contas, governo tem surpresas e perde dois votos	4
Título: MP do Repetro é aprovada em comissão mista com desoneração.....	5
Título: A hora do petróleo.....	6
Título: Potência solar.....	7
Título: Venda de fatia da Petrobras sai do programa de privatizações	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Amazônia: 9% do desmate vêm da mineração.....	9
Título: Notas	10
Título: Pela primeira vez, Vale terá nomes independentes no Conselho	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	12
Título: Comissão aprova relatório a favor de Temer na Câmara	12
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	14
Título: Temperatura medida	14
Título: Guerra no PSB	15
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Em meio à seca, vento move mais de 50% da energia no Nordeste	16
Título: Novo Refis arrecada quase R\$ 10 bilhões, afirma ministro	18
Título: CCJ rejeita segunda denúncia contra Temer por 39 a 26	19
Título: Destaque.....	21
Título: Produção de petróleo da Petrobras em 2017 pode superar a do ano passado	22
Título: Vale garante apoio e pode ir ao Novo Mercado neste ano	23
Título: Usinas já veem oportunidade com carro elétrico.....	24
Título: Ação da BR pode atrair investidor de Ultrapar e Cosan	28
Título: Neoenergia retoma oferta de ações.....	29

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Catarina Alencastro / Cristiane Jungblut****Título: PSB troca líder e partido vota contra presidente**

Júlio Delgado exhibe vídeo de Lúcio Funaro na votação da CCJ sobre Temer

A direção nacional do PSB cumpriu a promessa e enquadrou o partido na Câmara. Menos de uma hora após saber que o presidente Michel Temer exonerou dois ministros para evitar a perda de dois votos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o PSB agiu para conter a manobra e destituiu a líder do partido, Tereza Cristina (MS), que é da ala pró-governo, e colocou como novo líder o deputado Júlio Delgado (MG), que não perdeu tempo: trocou dois deputados que votariam com Temer e ainda fez a CCJ assistir a um vídeo compilado, de três minutos, da delação de Lúcio Funaro, com trechos citando Temer.

— Vamos trocar Danilo Forte (CE) e Fábio Garcia (MT) por Danilo Cabral (PE) e Hugo Leal (RJ) — anunciou Delgado. Com as trocas, os quatro votos do PSB foram contra Temer. Na votação anterior, o partido tinha rachado. Enfático, o novo líder falou várias vezes e chamou Temer de “o sol” da organização criminosa do PMDB. Ele conseguiu que fosse exibido no telão o vídeo compilado da delação de Lúcio Funaro.

O presidente da CCJ, deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), permitiu que o vídeo de três minutos fosse mostrado porque está dentro do rol de documentos enviados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à Câmara dentro da segunda denúncia contra Temer. No vídeo, Lúcio cita Temer e fala sobre a “bancada de Eduardo Cunha (ex-presidente da Câmara)”. — Michel Temer fala em conspiração em carta que nem recebi.

É uma carta-desespero do Michel Temer. Conspiração, o Michel Temer para falar nisso? A organização criminosa tem um sol no centro, que é Michel Temer — disse Júlio Delgado. O PSB está rachado em relação ao governo. Por isso, em plenário, Temer deverá ter votos de parte da bancada, que já negocia com outros partidos. O deputado Danilo Forte (PSBCE) discute com o DEM, por exemplo. Mas, na CCJ, o partido votou de forma unânime contra Temer, dando quatro votos pelo prosseguimento da denúncia.

O movimento do partido aconteceu rapidamente depois que foi tornada pública a informação de que Temer havia exonerado os ministros Raul Jungmann (Defesa) e **Fernando Bezerra Coelho Filho (Minas e Energia)**.

Ambos reassumiriam seus mandatos de deputado temporariamente para evitar a perda de dois votos do PSB na CCJ. Jungmann é do PPS, mas entraria como suplente de um dos deputados do PSB que seriam trocados. Coelho Filho é do PSB e também assumiria no lugar de um dos correligionários substituídos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Cristiane Jungblut

Título: Em dia de contas, governo tem surpresas e perde dois votos

Com emendas e mapeamento, Temer atuou para convencer parlamentares

O Planalto passou o dia fazendo contas para garantir o placar de 39 votos a seu favor na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O vice-líder do governo na Câmara, deputado Beto Mansur (PRB-SP), foi quem concentrou a contagem dos votos. Ao final, foram dois votos a menos do que na primeira denúncia contra o presidente Michel Temer. O Planalto sabia do cenário favorável, mas teve que correr e se esforçar para garantir os votos.

O próprio Temer saiu a campo e recebeu parlamentares durante todo o dia. A receita foi a mesma da primeira denúncia: liberação de emendas, encontro com parlamentares e mapeamento voto a voto. O próprio Beto Mansur admitiu, no entanto, ao final da sessão, que sempre há “surpresas” no momento da votação. O governo esperava pelo menos 40 votos e teve que se mexer para os 39.

O Palácio do Planalto demorou para perceber a decisão do PSB de trocar os dissidentes da CCJ quando enviou os ministros Raul Jungmann (Defesa Nacional) e **Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)**. As nomeações não surtiram efeito na CCJ, e os quatro parlamentares do PSB votaram contra Temer. — Foi dentro do esperado. Mas sempre há surpresas na hora.

Perdemos dois do PSB, e, no Solidariedade, também houve mudança — disse Beto Mansur. No caso do Solidariedade, o deputado Benjamim Maranhão (SD-PB) não compareceu e foi substituído pelo Major Olímpio (SD-SP), que votou contra Temer. Momentos antes da votação, Major Olímpio gritava que estavam tentando substituí-lo por Wladimir Costa (SD-PA), ferrenho defensor de Temer. Mas, se essa manobra foi pensada, nem ocorreu: Olímpio votou contra Temer.

No PSDB, houve a conhecida divisão do partido. Mas os tucanos mineiros estiveram em peso com Temer: Paulo Abi-Ackel e Rodrigo Castro, como titulares, e ainda de o deputado Bonifácio de Andrada, que estava na vaga de suplente cedida pelo PSC, mas que entra na conta pró-Temer. A situação no

PSDB preocupou quando o deputado Elizeu Dionizio (PSDB-MS) não apareceu. Assumiria o primeiro suplente a registrar presença, e o governo não sabia se era aliado ou adversário.

O alívio veio ao saber que era Rodrigo de Castro (PSDB-MG) que assumiria, porque votaria com o governo. Os líderes governistas “baixaram” na CCJ para acompanhar a votação. O líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse que agora a mobilização será permanente até a votação em plenário, no dia 25. — Vamos continuar trabalhando. Movimentação intensa até quarta — disse Aguinaldo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: MP do Repetro é aprovada em comissão mista com desoneração

Proposta acaba com exportação fictícia de plataformas. Setor de petróleo terá 3% de ICMS.

A medida provisória (MP) 795, que prorrogou o Repetro, regime especial de tributação para a indústria do petróleo, foi aprovada na noite de ontem em comissão especial do Congresso. O texto será votado nos plenários de Câmara e Senado, antes de ir à sanção do presidente Michel Temer.

O Repetro é um regime aduaneiro especial de importação que concede suspensão de tributos federais para equipamentos usados em pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural. Decorridos cinco anos, a suspensão poderá ser convertida em isenção ou alíquota zero.

O programa foi prorrogado por 20 anos em agosto. A intenção do governo é aprovar a MP até o dia 27 deste mês, quando a Agência Nacional de Petróleo (ANP) realizará a segunda rodada de leilões de áreas do pré-sal.

O relator da MP, Julio Lopes (PP/RJ), salientou que ela desonera toda a cadeia produtiva do petróleo, até a fabricação da chapa de aço, que é o insumo mais básico para a fabricação de equipamentos dessa indústria. Com isso, disse, acaba a exportação fictícia de plataformas. Hoje, mesmo que uma plataforma opere na Bacia de Campos, finge-se que ela é exportada e depois afretada, para que a empresa goze dos benefícios.

A tributação média de ICMS sobre a cadeia produtiva do petróleo, hoje de 14%, será unificada em 3%. E a indústria naval ficou de fora da proposta, beneficiando estaleiros nacionais. •

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Jorge M. T. Camargo****Título: A hora do petróleo**

Intensas têm sido as transformações do mundo moderno, e o setor de energia não é exceção. Novas tecnologias estimularam verdadeiras revoluções, como a da produção de óleo e gás em reservatórios não convencionais que transformaram os Estados Unidos autossuficientes em petróleo e gás, com impacto geopolítico global e na formação dos preços do petróleo. Na COP 21, a Conferência do Clima em Paris, os 195 países participantes deram demonstração de convergência e uma sinalização inequívoca da inexorável transição para uma economia de baixo carbono.

Nesse contexto, as energias renováveis ganham cada vez mais escala e competitividade. Tais fatores conduzem à expectativa de que o pico da demanda global por combustíveis fósseis — e não mais o pico de oferta — já é previsto para a próxima década. A abundância generalizada de recursos energéticos leva à perspectiva de baixos preços de petróleo por um longo período. Relatório recente da BP mostra que as reservas globais de petróleo mais que dobraram nos últimos 35 anos, ou seja, para cada barril consumido, dois novos foram descobertos.

Começa, portanto, a ficar visível o início do seu declínio e a inexorabilidade do encalhe de parte das reservas de petróleo hoje contabilizadas. Como sabemos, 40% de todo o petróleo convencional descoberto no planeta na última década foram no Brasil, especialmente, mas não apenas, nessa ainda pouco explorada província do pré-sal. E o país não ficou parado, com a instituição de um calendário regular de rodadas de licitação, cujo primeiro leilão foi exitoso, ao arrecadar bônus recorde de R\$ 3,8 bilhões e de diversificar a gama de empresas que apostam no país, inclusive em áreas de exploração que incluem as chamadas “franjas” do pré-sal.

O grande teste, porém, virá com as duas rodadas sob o regime de partilha de produção e com blocos no Polígono do Pré-Sal. Passos importantes para o sucesso dos certames já foram dados. Revogou-se a obrigação da Petrobras de ser a única operadora no pré-sal. Flexibilizaram-se as obrigações de conteúdo local. Gradualmente, o governo vem removendo os entraves regulatórios para que o Brasil recupere a competitividade e volte a ser capaz de transformar nosso potencial geológico em investimentos, empregos, receitas e crescimento econômico.

Esse novo ambiente irá potencializar o pré-sal e outras áreas. Avancamos em pontos-chave, que terão impacto na geração de emprego no setor. Somente a adoção de um calendário fixo de leilões abre caminho para investimentos de US\$ 80 bilhões e 20 unidades de produção, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Ainda pelos cálculos da ANP, estender as regras novas de conteúdo local para contratos antigos de concessão podem destravar R\$ 240 bilhões em investimentos, com potencial de elevar o patamar de produção do país e gerar milhares de vagas.

Já perdemos muito tempo, anos adiando leilões e construindo obstáculos regulatórios ao desenvolvimento de nossas reservas de petróleo. Roberto Campos, que em 2017 completaria 100 anos, dizia que o Brasil não perde oportunidade de perder oportunidades. Felizmente, o país acordou.

Jorge M. T. Camargo é presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Arturo D. Alarcón

Título: Potência solar

Em 2016, 83% da energia elétrica do Brasil vieram de fontes renováveis, principalmente hidrelétricas. A geração solar representa apenas 0,02% da matriz elétrica. Entretanto, o Brasil tem vários dos ingredientes para se converter em uma potência solar nos próximos anos. Os níveis de radiação em algumas zonas do país estão entre os mais altos do mundo. E, com os mais de oito milhões de quilômetros de extensão, o potencial técnico total está estimado em quase 30 mil GW para geração solar, cerca de 200 vezes a capacidade instalada atual.

O país conta com cerca de 80 milhões de pontos de consumo, que ajudam a criar condições para garantir a demanda. Adicionalmente, o marco regulatório permite que cada um destes consumidores instale geração distribuída para uso próprio e contribua para a rede com os excedentes. Considerando só este potencial, seria possível gerar dois terços da demanda de eletricidade do país. Atualmente, já há mais de dez mil sistemas de geração distribuída, um crescimento que continua a uma velocidade impressionante.

As complementaridades com outras formas de energia permitem potencializar o uso no Brasil. As hidrelétricas são um respaldo natural para a geração, já que permitem “armazenar” no sistema a energia solar excedente do dia e fornecê-la à noite. Alternativamente, é possível utilizar o bombeamento de água, na base

da energia solar, como uma alternativa nas regiões mais secas. Considerando que o Brasil possui uma das maiores reservas do mundo de silício, principal matéria-prima para a fabricação de painéis fotovoltaicos, somado a sua capacidade industrial, é possível pensar em uma produção industrial local do equipamento.

Um movimento que serve de exemplo é o Programa Proalcool, que converteu o Brasil nos anos 80 em uma potência mundial da indústria do etanol. O horizonte para a energia solar no Brasil é animador, mas alguns elementos dessa equação devem ser fortalecidos. Os preços dos sistemas fotovoltaicos caíram 80% nos últimos dez anos. Porém, os projetos são intensivos em capital inicial e têm custos de manutenção e funcionamento baixos.

É necessário contar e diversificar as fontes de financiamento com prazo e taxas que atendam aos fluxos necessários para viabilizar este tipo de investimento. Também é necessário difundir de maneira mais eficiente a informação sobre a possibilidade de geração distribuída, os requisitos necessários para a realização das conexões e as alternativas de financiamento existentes.

O próprio setor público pode ser um poderoso utilizador e apoiador dessa tecnologia, adotando a energia solar distribuída, ampliando o alcance e conduzindo um movimento amplo de conscientização sobre os benefícios do uso, reduzindo assim gastos no fornecimento em escolas, universidades, postos de saúde e hospitais. Adicionalmente, a demanda por sistemas fotovoltaicos pode potencializar a incipiente indústria e as capacidades locais.

Arturo D. Alarcón é especialista da Divisão de Energia do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura e Danielle Nogueira

Título: Venda de fatia da Petrobras sai do programa de privatizações

Operação fazia parte do plano de desinvestimento da estatal. Agora, dependerá de novo decreto.

O presidente Michel Temer assinou, ontem, decreto que exclui a participação da Petrobras na Braskem, maior grupo petroquímico da América Latina e controlado pela Odebrecht, do Programa Nacional de Desestatização (PND). Com a decisão, a estatal não pode vender de imediato sua participação minoritária na Braskem, operação anunciada este ano. Será preciso novo decreto para liberar a venda.

A medida, que também exclui a fatia da petroleira na Deten Química do programa, deve ser publicada no Diário Oficial da União de hoje, informou a Presidência da República. A venda de fatia na Braskem faz parte do plano da Petrobras de desinvestimento da estatal. A Odebrecht tem 50,1% do capital votante da petroquímica, e a Petrobras, 47%.

Para tentar acelerar a venda das ações, Petrobras formou um grupo com a Odebrecht para discutir mudanças no acordo de acionistas da Braskem. Este garante mais direitos à Odebrecht. Por isso, a estatal quer revê-lo para melhorar as condições de participação antes da venda.

A decisão do governo é boa para a estatal, diz fonte de dentro da empresa que explicou que a medida livra a estatal de amarras burocráticas para vender a participação no futuro. Procurada, a Petrobras não respondeu até o fechamento da edição. ()

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Giovana Girardi

Título: Amazônia: 9% do desmate vêm da mineração

Estudo é o primeiro a mensurar consequências da atividade na região; corte da floresta se estende além das lavras

O debate que se acendeu no País em agosto sobre os riscos da mineração à Floresta Amazônica, por ocasião da tentativa do governo federal de extinguir a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), acaba de ganhar argumentos científicos. O primeiro estudo já feito a mensurar o papel da mineração sobre o desmatamento da Amazônia revelou que a atividade foi responsável – direta e indiretamente – por 9,2% de toda a perda florestal registrada no bioma entre 2005 e 2015. O alerta foi dado por um grupo de pesquisadores de universidades dos Estados Unidos, da Austrália e do Brasil em estudo publicado ontem na revista Nature Communications.

O trabalho foi liderado por Laura Sonter, que fez a pesquisa em seu pós-doutorado na Universidade de Vermont (EUA). Foram analisadas imagens espaciais e as mudanças na paisagem em torno das 50 maiores minas ativas da Amazônia – só foi levada em conta a mineração autorizada; garimpos ilegais ficaram de fora. A ideia era medir não só o impacto imediato no ponto da lava, onde a floresta é cortada para a exploração mineral, mas o desmate induzido para o funcionamento de toda a operação. A descoberta é que o corte se estende por até 70 quilômetros além das fronteiras das lavras, em razão do

estabelecimento da infraestrutura – como estradas e ferrovias – e da expansão urbana de suporte ao trabalho.

Nos dez anos avaliados, o desmate total induzido pela mineração foi de 11.670 km², 90% fora do local de extração. "Era sabido que existia influência, mas nunca havia sido mensurada. Normalmente se pensa só no buraco, na cava, mas não é só isso. Junto com mineração vem toda a infraestrutura associada", explica Britaldo Soares- Filho, da Universidade Federal de Minas Gerais, um dos autores do trabalho. Procurado, o Ministério do Meio Ambiente não quis comentar a pesquisa. A pasta de Minas e Energia não se manifestou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt/ Fernanda Guimarães

Título: Notas

>>CSN tem até fim do ano para evitar deslistagem

Se a CSN, de Benjamin Steinbruch, não colocar em dia a divulgação de seus demonstrativos financeiros até o fim do ano, a empresa ficará com a corda no pescoço. Isso porque está previsto no regulamento de listagem de emissores da B3 que a empresa que não divulgar ao mercado suas informações periódicas, caso dos resultados trimestrais, por um período superior a nove meses, poderá passar por um processo de deslistagem - quando as ações são excluídas da bolsa. O último balanço divulgado pela CSN foi o referente ao terceiro trimestre de 2016. Assim, o primeiro documento atrasado é o referente ao quarto trimestre do ano passado, que poderia ter sido divulgado até o fim de março deste ano, início da carência dos nove meses. Ou seja, a partir do primeiro dia de 2018, se o balanço não vier, a companhia poderá levar o cartão vermelho.

» Vai e não vai.

Há cerca de três semanas, a CSN havia prometido, nos bastidores, que o balanço estava próximo de sair e que a Deloitte estava pronta para assinar o documento. Internamente, o comentário é de que a assinatura do auditor sairá, sem falta, ainda nesta semana. A não divulgação de informações ao mercado é uma causa comum de deslistagem na Bolsa brasileira, mas não chama muito a atenção por atingir empresas com baixíssima liquidez. Esse, porém, não é o caso da siderúrgica CSN. Procurada, a empresa não comentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Negócios****Autor: Mariana Durão****Título: Pela primeira vez, Vale terá nomes independentes no Conselho**

Eleição de conselheiras e mudança de categorias de ações fazem parte de estratégia de transformar empresa em "corporation"

A Vale terá pela primeira vez nomes independentes em seu conselho de administração, com a eleição de Sandra Guerra e Isabella Saboya em assembleia realizada ontem. Os acionistas também aprovaram a conversão das ações preferenciais (PN) em ordinárias (ON, com direito a voto), deixando a mineradora mais perto do Novo Mercado, o segmento com exigências mais rigorosas de governança corporativa da B3 (antiga BM&F Bovespa).

Entre elas estão a presença de ao menos 20% de independentes no conselho e a existência de uma única classe de ações. A adesão ao Novo Mercado é um dos passos previstos no processo de reestruturação societária da Vale, no qual a companhia se tornará uma "corporation" (empresa de capital disperso, sem controlador definido). Com a eleição de Sandra e Isabella, indicadas pela gestora britânica de recursos Aberdeen, a mineradora passa a ter três mulheres no conselho. Além delas, ocupa uma das 12 vagas a diretora do Bradesco Denise Pavarina.

Especialistas na área de governança corporativa, as novas conselheiras tomam posse em 26 de outubro. As duas venceram com folga. Na eleição em separado - que exclui os controladores - Sandra Guerra recebeu 62,7% dos votos, em disputa com o advogado Marcelo Gasparino, indicado por grupo liderado pelo fundo Geração Futuro L. Par, do empresário Lício Parisotto.

Já Isabella recebeu 96,6% dos votos válidos na eleição majoritária disputada com Ricardo Reisen, conselheiro de empresas como Oi e Light. Foram expressivos 1,7 bilhão de votos, com apoio dos controladores da Vale ao nome. A exceção BNDES, que se absteve.

Apesar da extinção da Vale-par, holding que reunia o bloco de controle da empresa, seus antigos participantes permanecem como acionistas majoritários com 44% das ações ON e ainda têm a maior influência na indicação do conselho. O grupo é formado por fundos de pensão estatais reunidos na Litel (Previ, Petros, Funcef e Funcesp), BNDESPar, Bradespar e Mitsui.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse que a aprovação na assembleia especial seria o último obstáculo para a migração para o Novo Mercado, que

pode ocorrer ainda em 2017. "Conseguimos chegar a este estágio com muita antecedência em relação ao prazo esperado inicialmente. Agora estamos prontos para uma nova fase: transformar a Vale numa "true corporation", garantindo aos acionistas as melhores práticas de governança", disse. /

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: RANIER BRAGON DANIEL CARVALHO DE BRASÍLIA

Título: Comissão aprova relatório a favor de Temer na Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (18) o relatório favorável à rejeição da segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer.

Foram 39 votos favoráveis ao presidente e 26 contra, com 1 abstenção –dois a menos do que o Planalto obteve na análise da primeira acusação criminal pela comissão. E três a menos do que esperava ter agora.

A palavra final será dada pelo plenário da Câmara, em votação na semana que vem.

Nesta segunda denúncia, Temer é acusado pelo Ministério Público de obstrução da Justiça e de integrar, ao lado dos ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral), uma organização criminoso que teria recebido ao menos R\$ 587 milhões em propina.

O relatório aprovado foi elaborado pelo governista Bonifácio de Andrada(PSDB-MG), cuja escolha aumentou a crise interna de seu partido, dividido em relação ao apoio a Temer.

Na primeira denúncia contra o presidente da República, por corrupção passiva, a CCJ aprovou em julho parecer contrário ao prosseguimento do caso, por 41 votos a 24.

TROCAS NA CCJ

Nos dois casos, os partidos governistas patrocinaram trocas na comissão com o objetivo de assegurar um placar confortável ao Palácio do Planalto.

Michel Temer chegou a exonerar dois ministros, Raul Jungmann (Defesa) e **Fernando Bezerra Coelho Filho (Minas e Energia)**, para que reassumissem seus mandatos e evitassem que a ala contrária ao governo assumisse o comando do PSB na Câmara, o que tiraria votos a favor do presidente.

Mas os oposicionistas do partido foram mais rápidos. O deputado Julio Delgado (MG), crítico do governo, assumiu a liderança do partido e defenestrou Danilo Forte (CE) e Fabio Garcia (MT), que votariam a favor do presidente da República. Temer e ministros têm se empenhado nos últimos meses também em promover várias barganhas em busca de apoio –as principais moedas de troca são o loteamento político de cargos federais, a liberação de verbas para obras e investimentos apadrinhadas pelos parlamentares e o atendimento de demandas variadas na máquina pública.

Entrou na negociação também o caso de Aécio Neves (PSDB-MG), que teve o mandato restabelecido pelo Senado com forte apoio do governo. O Planalto espera, agora, a contrapartida dos tucanos, principalmente na votação em plenário.

Principal aliado do PMDB no governo, o PSDB rachou na análise da primeira denúncia. O grupo ligado ao governador Geraldo Alckmin, por exemplo, votou em peso contra Temer.

Ao falar na comissão, Betinho Gomes (PSDB-PE), que é oposição a Temer, negou o toma lá, dá cá. "Não vamos admitir esse tipo de acusação, de que vamos pagar qualquer tipo de conta." Paulo Abi-Ackel (MG), aliado e relator da primeira denúncia favorável ao presidente, falou a favor do parecer de Andrada. O partido foi o único entre os grandes que não se posicionou na CCJ nem de um lado nem de outro –liberou seus deputados a votarem como quisessem.

Para que o Supremo Tribunal Federal seja autorizado a analisar essa segunda denúncia, é preciso o voto de pelo menos 342 dos 513 deputados. Na primeira, não houve aval da Câmara, que apoiou Temer por 263 votos a 227.

ATO FINAL

Um total de 71 deputados se manifestou nos últimos dois dias –56 contra o parecer e apenas 15 a favor, o que sinalizou a intenção dos governistas de acelerar a tramitação e, ao mesmo tempo, fugir do desgaste de defender Temer, presidente com a maior rejeição popular desde pelo menos a redemocratização. Com o esvaziamento das sessões, apenas alguns poucos bate-bocas foram registrados.

Em linhas gerais, a oposição centrou seus ataques na acusação de que Temer usa a máquina para cabalar votos. "Aqui tá rolando coisa, está rolando tudo. Compra de votos!, o povo precisa saber", discursou de forma inflamada Ivan Valente (PSOL-RJ). "Todos aqui sabem, sem exceção, que Temer é um bandido no momento em uso do aparato do Estado. (...) Um gângster se foi [em

referência ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha], mas a hora de um 'bandidão' como Temer vai chegar", reforçou Glauber Braga (PSOL-RJ). Na parte do governo, o discurso foi o de que a acusação se resume a delações não provadas. "Não se troca presidente da República como se troca de técnico de futebol", afirmou Beto Mansur (PRB-SP).

Em sua manifestação final, o relator Bonifácio de Andrada rebateu as críticas de que agiu como defensor de Temer, dizendo que não é líder nem ministro do governo.

"Não me cabe aqui defender o governo Temer nem tampouco criticar o governo Temer", afirmou o relator, que criticou o que considerou falhas na denúncia da PGR. Ele disse ter concluído pela inadmissibilidade da denúncia por entendimento "exclusivamente de ordem jurídica".

Os advogados de Temer, Moreira e Padilha também puderam se manifestar. Crítico da divulgação dos vídeos da delação premiada do operador financeiro Lúcio Funaro, que implica diversos peemedebistas, inclusive Temer, o advogado do presidente, Eduardo Canelós, também criticou a PGR.

"Ouvi que a delação de Funaro é devastadora. Concordo com quem disse isso. É devastadora porque deixa muito evidente os métodos sórdidos usados pelo ex-procurador-geral da República [Rodrigo Janot] e seus pupilos", afirmou Canelós.

A delação é um dos elementos que embasa a denúncia contra Temer e seus ministros.

Orientaram seus deputados a votar a favor de Temer o PMDB, PP, PSD, PR, DEM, PRB, PTB, Solidariedade, PSC e Pros. Contra se posicionaram PT, PSB, PDT, PC do B, Podemos, PPS, PHS, PSOL e Rede. O PSDB e o PV não fizeram orientação específica, liberando a bancada a votar como quisesse.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Paulo de Tarso Lyra / Guilherme Mendes

Título: Temperatura medida

Vencida a etapa da CCJ, o governo agora pensa no plenário, na próxima semana. "Calma, vamos sentar, analisar as planilhas, ver a temperatura do plenário. Sempre é bom saber se tem alguém com febre", brincou o vice-líder do governo na Câmara, Beto Mansur (PRB-SP). Ele não quer admitir, mas o governo reconhece a possibilidade de ter menos votos nesta do que na análise da primeira denúncia contra Michel Temer.

Em agosto, o governo conseguiu 263 votos e a oposição teve 227 votos. “Acho que o placar se repete, com 20 votos a mais ou 20 votos a menos”, afirmou o vice-líder do PMDB, Carlos Marun (MS). “Sabíamos que o PSB, que vem assumindo uma postura de oposição ao governo, substituiria seus integrantes na CCJ. Sou escravo da coerência. Assim como defendo quando o governo faz as trocas, não vou criticar o PSB”, disse Marun.

O novo líder do PSB, Julio Delgado (MG), acha possível uma inversão dos votos em plenário. “Não seria demais pensarmos em ter uns 247 votos e o governo algo em torno disso. Hoje, o plenário está bem mais dividido”, apostou o socialista. Para Alessandro Molon (Rede-RJ), o governo hoje está mais frágil, com uma base muito mais desgastada e diante de uma denúncia com uma consistência maior”, declarou o parlamentar fluminense.

Mansur é um pouco mais prudente. Ele não acha que a carta encaminhada pelo presidente Michel Temer tenha tido influência ontem ou possa ter peso no plenário na próxima semana. O documento foi citado várias vezes na CCJ ontem. “O Michel escreveu aquele texto com amargura, eu conheço ele há muito tempo. Escreveu com o fígado, com as entranhas. Por isso saiu naquele tom”, defendeu o aliado.

Temer assistiu à votação de ontem na CCJ ao lado do chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco — ambos denunciados — além de Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo). Segundo relatos, Temer se mostrou tranquilo e o resultado foi visto pela cúpula do governo como dentro do “esperado”.

O discurso de auxiliares do presidente também foi na linha de que o mais importante agora é focar no plenário. Em agosto, Temer conseguiu 263 votos favoráveis ao parecer do deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), que recomendava a suspensão da acusação, e 227 contrários. A votação teve 19 ausências e duas abstenções. Ontem, Temer recebeu em sua agenda mais de 30 parlamentares.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Paulo de Tarso Lyra / Guilherme Mendes

Título: Guerra no PSB

Em mais um capítulo da profunda divisão interna na bancada do PSB na Câmara, os socialistas que fazem oposição ao governo conseguiram as 19 assinaturas necessárias e destituíram a deputada Tereza Cristina (MS) da liderança da bancada. No lugar, assumiu o deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que impediu as

trocas de nomes do partido na CCJ e assegurou os quatro votos contrários ao relatório do deputado Bonifácio de Andrada.

A executiva nacional do partido, presidida por Carlos Siqueira, marcou para a última segunda-feira uma reunião para votar a expulsão dos dissidentes. Mas um dos alvos da punição, o deputado Danilo Fortes (PSB-CE) conseguiu uma liminar judicial e transferiu para a próxima semana uma nova reunião.

A briga do PSB envolveu o Planalto. Em edição extra no Diário Oficial da União de ontem, dois ministros foram exonerados para que retomassem seus cargos na Câmara e votassem contra a denúncia. O ministro da Defesa, Raul Jungmann (PPS), e o **das Minas e Energia, Fernando Bezerra Filho (PSB)**, deveriam retornar aos cargos, mas apenas Fernando teria reavido a vaga de deputado. O suplente de Jungmann na CCJ é do PSB.

A manobra animou os dissidentes, que, na véspera, tinham apenas 15 assinaturas necessárias para a troca no comando da bancada. Eles negociavam com os governistas do PSB a redação de cartas, assinadas por Siqueira, liberando os infiéis para que deixassem o partido sem terem os mandatos ameaçados pela lei da fidelidade partidária.

Siqueira concordava em dar seis cartas. O grupo queria 12. “Não dá, tem gente ali que não tem nenhum problema em relação a essa votação e está apenas preocupado em deixar o partido sem ter que obedecer à lei da fidelidade”, avisou Delgado. (PTL e GM)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti | Do Rio

Título: Em meio à seca, vento move mais de 50% da energia no Nordeste

Durante o dia de ontem, até as 18h, a energia hidráulica respondia por 62,5% da geração do Brasil, as térmicas, por 24%, e eólicas, 9,6%, segundo dados do ONS, o Operador Nacional do Sistema Elétrico. O acumulado à mesma hora, no Nordeste, revelava uma surpresa: eram as eólicas as responsáveis por mais da metade da geração (51%) na região, seguidas pelas térmicas (32%) enquanto a energia hídrica aparecia com modestos 14%. Este perfil energético único no país, provocado pela forte seca que deprime os reservatórios pelo quinto ano consecutivo e pela forte entrada de projetos eólicos na região, chamou a atenção da direção da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que observa que o Nordeste tornou-se um laboratório de introdução de energias renováveis na matriz brasileira.

"O Nordeste tornou-se um espelho do futuro do Brasil", disse Luiz Augusto Barroso, presidente da EPE, durante o workshop "O Futuro do Setor Elétrico - segurança e flexibilidade nos contextos de Brasil e Alemanha", no Rio.

O desenvolvimento clássico do setor, baseado em projetos de envergadura, como os 11 mil MW da usina de Belomonte, "deixam o sistema pouco robusto a atrasos". Projetos de energias renováveis por seu lado, com algumas centenas de MW, comprometem menos o sistema e são mais acessíveis a investidores. "O futuro é renovável e temos que permitir que a regulamentação não seja obstáculo para que isso ocorra. É um salto grande de onde estamos para onde queremos chegar", prosseguiu Barroso.

Nos últimos anos, a escassez hídrica contribuiu para modelar o perfil energético do Nordeste. "Um sistema como o nosso está adequado aos desafios do futuro?", questionou Marcelo Prais, assessor da diretoria geral do ONS. Há grande potencial solar nas proximidades da usina de Sobradinho, na bacia do rio São Francisco, por exemplo. Da produção eólica no Nordeste, 70% está na costa, com ventos constantes, e 30% ao sul, com ventos em rajadas.

É por isso que, no Nordeste, adiantou Barroso ao **Valor**, estão em curso estudos sobre os impactos da mudança climática e da vazão dos rios, em cooperação com o ONS, a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Um esforço também é aprender com a experiência de países que estão na dianteira da descarbonização, como Alemanha, Espanha, Itália e Dinamarca. "Temos ainda muitos desafios na Alemanha. Podemos estar um passo adiante em algumas questões, mas ainda não temos todas as respostas", disse Markus Steigenberger, vice-presidente da Agora Energiewende, "think tank" alemão que atua na transição energética do país.

"Se se olhar o mapa da irradiação solar na Alemanha, dá vontade de chorar. Em novembro não há Sol nem venta muito", seguiu Steigenberger, para quem a concepção de que energia solar e eólica são intermitentes e instáveis é conceito antigo. "Acontece uma mudança de mentalidade, mesmo na Alemanha. Se antes o operador tinha que interferir no sistema apenas uma vez ao dia, hoje tem que interferir três. Mas não há problema. Aprendeu-se como fazer isso."

Um dos pontos em debate agora na Alemanha é o fato de o país continuar dependente de carvão. O país da "Energiewende" eliminará o nuclear e impulsiona as renováveis, mas não conseguirá cumprir a meta climática de reduzir emissões em 40% até 2020, em relação a 1990. O sistema alemão é baseado no preço das diferentes fontes de energia. Por isso, o carvão, mais barato e poluente, tem prioridade sobre o gás

O mercado europeu de crédito de carbono está com preços muito baixos (€ 5 por tonelada de CO₂) e falha na regulação, diz o especialista. O Reino Unido estabeleceu preço mínimo para o carbono (cerca de € 30 a tonelada de CO₂) e consegue reverter a tendência. A França propõe algo similar. Mas na Alemanha, o lobby da indústria e dos sindicatos de trabalhadores do setor de carvão resiste a mudanças.

No Brasil, a mudança climática tem outros agravantes. Um deles é a quantidade de água para resfriar termelétricas em instalação, disse André Ferreira, do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema). Uma usina pode consumir tanta água quanto uma cidade de 100 mil habitantes. "O futuro é de baixo carbono e a questão é como vamos chegar lá", disse Ana Toni, diretora do Instituto Clima e Sociedade (ICS). O ICS pode se tornar parceira do Agora Energiewende, que pretende operar no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Fabio Graner e Murillo Camarotto/ Brasília

Título: Novo Refis arrecada quase R\$ 10 bilhões, afirma ministro

O ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, disse ontem que a arrecadação do novo Refis - a medida provisória foi aprovada pelo Congresso no início do mês - está em quase R\$ 10 bilhões. O valor está acima dos R\$ 8,8 bilhões estimados no último relatório bimestral e pode permitir que o governo libere mais recursos do Orçamento ou faça um resultado fiscal melhor que o déficit previsto de R\$ 159 bilhões, debate em aberto na equipe econômica.

Dyogo, que participou ontem de evento sobre o teto de gastos no Tribunal de Contas da União (TCU), ponderou, contudo, que essa soma é bruta e não considera possíveis efeitos das mudanças aprovadas no Congresso, que ainda dependem de sanção presidencial, e nem possíveis migrações entre as modalidades. O programa está aberto até o fim do mês.

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, que também participou do evento, disse que em setembro a arrecadação está tendo mais um mês de alta real (entre 2% e 3%).

Ele também ressaltou que a área de exploração do petróleo da cessão onerosa feita com a Petrobras, em 2010, tem entre 9 bilhões e 12 bilhões de barris de petróleo, o que significa um cenário mais favorável de arrecadação para o governo no futuro, já que isso significa um excedente de 4 bilhões a 7 bilhões de barris em relação aos 5 bilhões de barris que a petroleira tem o direito de produzir por contrato.

Esse é o volume excedente que o governo usaria para pagar a estatal, caso a renegociação das condições do contrato confirme a petroleira como credora. Mas pode ser volume suficiente para gerar sobras de recursos para a União, além do supostamente devido à empresa.

Hoje, ainda não há uma definição sobre que parte (União ou Petrobras) é credora, nem sobre os valores envolvidos na revisão do contrato. Se a Petrobras for, de fato, confirmada, conforme já sinalizado pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)**, o governo avalia se pagará a estatal repassando os volumes excedentes, ou se licitará esse excedente, pagando a companhia com os montantes arrecadados em leilão.

No entanto, o **Valor** mostrou que há divergências sobre o tema e que a visão da equipe econômica não é a mesma do ministério. O MME estuda a possibilidade de promover pelo menos um leilão do excedente da cessão onerosa no primeiro semestre de 2018.

Na audiência no TCU, Mansueto disse também que o Brasil vai ter que discutir a progressividade do seu sistema tributário. Ele destacou que o país tem um peso muito grande da tributação indireta, o que torna uma roupa cara para um país de renda média. O secretário ressaltou que em algum momento o Brasil vai ter que discutir questões como a tributação sobre lucro presumido. Ele lembrou que o sistema tributário brasileiro permite que um advogado que ganha R\$ 30 mil tenha tributação que varie de 9,5% a 27,5%.

Para ele, a tributação de lucros e dividendos também precisa ser analisada, mas considerando que é preciso fazer distinção entre pessoas jurídicas e físicas. Segundo o secretário, a questão da iniquidade do sistema tributário brasileiro tem sido tema de discussões técnicas no Ministério da Fazenda. **(Colaborou Andre Ramalho, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: CCJ rejeita segunda denúncia contra Temer por 39 a 26

Com um voto a menos pró-governo do que na primeira denúncia, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados rejeitou ontem, por 39 a 26, com uma abstenção, a denúncia contra o presidente Michel Temer pelos crimes de organização criminosa e obstrução de justiça, ao supostamente dar aval para a compra do silêncio do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

A diferença no placar ocorreu por uma manobra do PSB, que tirou dois deputados alinhados ao governo da comissão, mas foi parcialmente compensada porque o deputado Sergio Zveiter (Pode-RJ), relator da primeira denúncia e que opinou pela aprovação, deixou o PMDB. O resultado tem pouca influência e não espelha os votos do plenário, a quem cabe a palavra final, porque na CCJ os partidos trocam os deputados a qualquer momento.

O parecer do deputado Bonifácio Andrada (PSDB-MG), que defende a rejeição da denúncia, passará agora pelo plenário da Câmara na quarta-feira, dia 25. Para que o Supremo Tribunal Federal (STF) seja autorizado a julgar Temer pelos dois crimes, é necessário que 342 deputados, dos 513, votem a favor da denúncia. Caso o STF seja autorizado a analisar a denúncia e a aceite, transformando o presidente em réu, ele será afastado por até 180 dias para conclusão do julgamento.

Mas mesmo deputados de oposição acham improvável isso ocorrer, dado que o presidente conta com uma base que, se não é mais do tamanho dos primeiros dias de governo, ainda é expressiva na Câmara. A primeira denúncia teve apoio de 227 deputados - faltaram, portanto, 116 votos. Foram 263 votos contrários a que Temer fosse julgado pelo crime de corrupção passiva com base na delação premiada da JBS.

Dos partidos com cargos e ministérios no governo, PSDB e PV liberaram suas bancadas, por divergências internas, e Podemos, PPS, PHS e PSB orientaram voto pela aceitação da denúncia. O posicionamento foi o mesmo em relação à primeira acusação contra Temer e com placar quase idêntico na comissão.

Só o PSDB teve uma diferença porque Bonifácio, aliado do governo, ocupou uma vaga do PSC e votou, o que deixou o placar em 5 a 3 pela denúncia. No plenário, a tendência é de que o partido continue dividido e sem um posicionamento claro para nenhum dos lados. Incomodado com as críticas da oposição e de seu próprio partido, o relator disse que não atuou como líder do governo e que o parecer é técnico. "Como relator, tenho que atuar com as exigências da CCJ, que são de ordem jurídica", respondeu.

O próprio clima na Casa, bem mais ameno, apesar dos desentendimentos do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em relação ao governo, mostra a dificuldade da oposição em conquistar os votos que faltam. Os debates na CCJ foram mornos, com o plenário da comissão praticamente esvaziado. O governo orientou seus aliados a encurtarem os discursos para votar o parecer ainda ontem na CCJ e praticamente só ocupou as cadeiras da comissão no final.

A oposição monopolizou os discursos - dos 71 deputados que falaram durante a discussão, só 15 foram a favor do governo. A desmobilização dos governistas

era tamanha que a sessão começou com duas horas de atraso por falta de quórum. O Executivo também não forçou o fechamento de questão dos maiores partidos da base - sequer o PMDB se posicionou de modo a punir os dissidentes desta vez.

A principal articulação do dia foi pelos votos do PSB. O deputado Júlio Delgado (MG) pegou assinaturas de 19 deputados, um a mais que a metade da bancada do partido, para destituir a líder da sigla, deputada Tereza Cristina (MS), a quem cabia fazer as indicações para a CCJ e mantinha dois aliados de Temer como integrantes da comissão, apesar do posicionamento do partido pela aprovação da denúncia.

O governo manobrou e tentou evitar a destituição, ao exonerar os ministros Raul Jungmann (Defesa) e **Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)**, que são deputados licenciados e, ao voltarem para a Câmara, tiraram do mandato dois suplentes do PSB que tinham assinado a lista pela troca da líder. Mas Delgado já tinha protocolado o requerimento e a ala governista não teve apoio suficiente para reverter a decisão.

No cargo, o novo líder do PSB substituiu da comissão dois deputados da ala governista do partido, aliados de Temer, e colocou dois de oposição para garantir que os quatro votos da sigla na CCJ fossem pela aceitação da denúncia. Na primeira votação, o PSB se dividiu em dois a dois.

Para o plenário, a estimativa dos líderes partidários ontem era um aumento das faltas no dia da votação, o que provocaria um placar levemente mais desfavorável ao governo Temer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

Petrobras e Braskem

O governo Temer retirou, por decreto, as participações minoritárias da Petrobras na Braskem e na Deten Química do Programa Nacional de Desburocratização (PND). O objetivo é reduzir a burocracia no processo de desinvestimento que está sendo realizado pela petroleira. Como o processo de desestatização envolve várias ações que o governo considera desnecessárias para operações de venda de ativos da estatal, o decreto foi editado para facilitar a venda dessas participações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio****Título: Produção de petróleo da Petrobras em 2017 pode superar a do ano passado**

A produção nacional de petróleo da Petrobras em 2017 pode superar o volume alcançado em 2016, pelo quarto ano consecutivo, embora a petroleira tenha traçado uma meta para este ano, de 2,07 milhões de barris diários, inferior a alcançada no ano passado, de 2,144 milhões de barris diários.

Ontem, a companhia reportou uma produção nacional de óleo em setembro de 2,168 milhões de barris diários. Com isso, a empresa alcançou uma produção nacional média em 2017 até agora de 2,158 milhões de barris diários, acima da meta definida para este ano.

Conforme a produção mensal da companhia foi se mostrando sustentável ao longo do ano, por eficiência operacional e atraso no programa de venda de ativos, as principais casas de análise indicavam que não só a petroleira tenderia a alcançar a meta de produção pelo terceiro ano consecutivo como deveria rever para cima a meta para 2017. A Petrobras, porém, não reviu seu objetivo para este ano até agora. A média da produção no período de janeiro a setembro é 4,3% superior à meta do ano.

A perspectiva agora é a de que a Petrobras consiga fechar o ano com um resultado médio superior ao alcançado em 2016, de 2,144 milhões de barris diários extraídos em campos brasileiros. Para isso acontecer, basta que a produção média do quarto trimestre supere 2,1 milhões de barris diários.

Apesar do cenário positivo, parte do desempenho se deve ao atraso na venda de campos de petróleo e gás natural da empresa, devido à implementação da nova versão do plano de venda de ativos.

Atualmente, a empresa tem cerca de 100 concessões em fase de desinvestimentos e que respondem por cerca de 4,2% do volume produzido pela companhia no país. Se fossem vendidos este ano, esses ativos reduziriam em 111 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) a produção de óleo e gás da estatal.

Com o resultado de setembro, a média do terceiro trimestre deste ano, de 2,133 milhões de barris diários, é 3,85% inferior em relação a igual período do ano passado e 1,21% menor que o observado no trimestre anterior.

Sobre os números de setembro, uma produção nacional de 2,168 milhões de barris diários, alta de 2,8% ante agosto e queda de 3,12% em relação a igual período de 2016, a estatal explicou que o resultado foi atribuído à normalização da operação após parada programada das plataformas Cidade de Itaguaí e Cidade de Maricá, no campo de Lula, na Bacia de Santos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas e Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale garante apoio e pode ir ao Novo Mercado neste ano

A Vale deu mais um passo ontem rumo ao objetivo de se tornar uma companhia sem controle definido, listada no Novo Mercado, nível mais alto de governança da B3. Em duas assembleias de acionistas - uma extraordinária, pela manhã, e uma especial de preferencialistas, à tarde - foram aprovadas mudanças no estatuto, eleitas duas conselheiras independentes, e foi confirmada a conversão de ações preferenciais remanescentes em ações ordinárias da companhia, passo que faltava para a Vale migrar para o Novo Mercado, o que pode ocorrer este ano.

No total, investidores representando 158.111.060 aprovaram a conversão das ações preferenciais em ordinárias na relação de uma PN por 0,9342 ON. Os votos a favor representaram 51,48% do total de PNs da mineradora que ainda restam no mercado. Com essa aprovação, a troca se torna mandatária, o que significa que quem se absteve ou votou contra terá as ações convertidas em 30 dias. Donos de PNs até 18 de agosto têm direito de pedir direito de recesso, a liquidação da ação pelo valor patrimonial. Essa opção parece pouco provável pois o valor de mercado da ação está acima do valor patrimonial.

Ontem a ação ON da Vale fechou em R\$ 32,27, queda de 0,95%; e a ação PN em R\$ 29,78, queda de 0,63%. Já o valor patrimonial, calculado na relação entre o patrimônio líquido e o total de ações, é de R\$ 26,13 por ação. Os chamados fundos passivos, geridos por bancos, foram importantes para garantir a conversão de PN em ON.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, comentou: "Conseguimos chegar a este estágio com muita antecedência em relação ao prazo esperado inicialmente [2020] e com muito suporte de todos os acionistas. Agora estamos prontos para uma nova fase: transformar a Vale em uma 'true corporation' garantindo aos acionistas as melhores práticas de governança. A partir de agora, também deveremos atrair novos investidores que preferem investir em empresas com este perfil." Schvartsman vê possibilidade de a migração da Vale para o Novo Mercado da B3 ocorrer ainda em 2017.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE), no fim da manhã, foram aprovadas mudanças no estatuto da empresa, e confirmada a relação de troca entre PN e ON, além de realizadas eleições para escolha dos dois primeiros conselheiros independentes da Vale. Sandra Guerra, indicada pela Aberdeen, foi eleita com votos representativos de 706.854.110 ações, em eleição em separado dos controladores. Ela venceu Marcelo Gasparino, que teve apoio de 419.772.631 ações. Na eleição majoritária, os controladores fizeram a diferença: Isabella Saboya, indicada pela Aberdeen, foi eleita com 1.758.407.354 ações. Seu oponente, Ricardo Reisen, teve votos representando 60.902.626 ações. Reisen e Gasparino foram indicados por investidores brasileiros.

Schvartsman disse que as duas conselheiras eleitas são "excelentes". Afirmou que a partir do fim do mês a empresa terá três mulheres no conselho, que tem onze assentos, uma vez que Denise Pavarina, indicada pela Bradespar, já faz parte do conselho. Sandra disse que a companhia fez um "exercício bastante disciplinado" de redução de custos e despesas, com um resultado que "já se faz ver". Segundo ela, tudo indica que companhia está indo para o cenário de maior geração de caixa e o ponto seguinte é o que fazer com o excedente. "Cabe agora fazer exercício muito profundo de, nesse cenário de excedente de caixa, [ver] qual o direcionamento que a companhia tem que dar para esse caixa." Sandra e Isabella tomam posse dia 26, mas deverão participar da reunião do conselho dia 25 como ouvintes.

Peter Taylor, chefe da área de renda variável da Aberdeen no Brasil, disse que a motivação da gestora de indicar duas candidatas ao conselho da Vale se baseou no desejo de contribuir para a "jornada" de governança da empresa. "É um importante passo na evolução da governança da companhia", disse Taylor. Ele afirmou que a Vale sai de um modelo de governança mais tradicional e, historicamente mais complicado (com intervenções do governo na mineradora), para uma modelo de governança mais moderno. "É uma evolução em um processo que continua."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos e Marli Olmos | De São Paulo

Título: Usinas já veem oportunidade com carro elétrico

Já faz quase quatro décadas que o Brasil usa o etanol como alternativa aos combustíveis fósseis. Agora, essa mesma busca por meios de transporte menos agressivos ao ambiente começa a levantar dúvidas sobre o futuro do biocombustível. O adversário é o carro elétrico, que ameaça a cadeia de fornecimento de combustíveis ao usar motores movidos a baterias em vez dos tradicionais a combustão. A briga no Brasil pode demorar. A expectativa, entre

analistas do setor, é que só daqui a 12 anos os veículos a eletricidade terão uma presença consistente no país. Mas a indústria sucroalcooleira, que vendeu R\$ 45 bilhões em etanol na safra 2016/17, já estuda estratégias para não ficar fora do jogo. Uma das esperanças é participar do desenvolvimento dos carros movidos a célula de combustível.

Ao contrário do que ocorre em outros países, o governo brasileiro não sinaliza com programas de incentivo para aquisição de modelos elétricos. Isso pode dar uma sobrevida aos motores a combustão. Mas, como aos poucos as montadoras vão abandonar essa tecnologia, as previsões indicam que por volta de 2030 o elétrico será comum também no Brasil.

Num futuro mais distante, porém, a eletrificação da frota pode incluir o etanol caso o desenvolvimento do automóvel movido a célula de combustível avance. Nesse tipo de carro, que substituirá o elétrico com baterias, o "combustível" é o hidrogênio. O abastecimento de hidrogênio poderá ser num posto - mais complicado e caro - ou a partir de outro combustível. Uma reação química gera energia no próprio carro.

A boa notícia para os usineiros brasileiros é que, segundo o engenheiro Henry Joseph Jr, diretor técnico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), testes nesses modelos já comprovaram que o etanol rende mais que gasolina ou gás. Além disso, esses veículos terão a vantagem de aproveitar a atual rede de distribuição, além de emitir menos gases de efeito estufa.

Mas, segundo Marco Saltini, vice-presidente da Anfavea, mesmo nos países mais desenvolvidos, o carro movido a célula de combustível não estará disponível em menos de 15 anos.

Fora do Brasil, a Nissan já testa veículos movidos a célula de combustível usando etanol. Segundo a empresa, com o derivado da cana, o veículo alcança mais autonomia. O carro testado utiliza entre metade e um terço da quantidade de etanol usado num a combustão com o mesmo combustível. A empresa promete, para 2020, a adição de 55% de água no tanque, o que reduzirá ainda mais a necessidade de etanol.

No Brasil, espera-se também que o automóvel híbrido anteceda a chegada do elétrico. Para a presidente da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), Elizabeth Farina, os híbridos podem tornar o biocombustível uma "tecnologia de transição" para a eletrificação. Já vendido no Brasil, o híbrido tem dois motores. O que funciona com combustível gera a energia necessária para o elétrico entrar em ação quando o trajeto é de baixa velocidade, como nos centros urbanos.

A Toyota já demonstrou interesse em produzir híbridos movidos a etanol no Brasil. "É fácil converter o motor a gasolina do híbrido para etanol", afirma Joseph Jr. Nos bastidores, sabe-se que o setor tem a expectativa de receber incentivos fiscais para colocar o projeto do híbrido com etanol em prática.

Luis Roberto Pogetti, presidente do conselho de administração da Copersucar, concorda que haverá uma evolução tecnológica em 10 a 15 anos. Ele estima, entretanto, que qualquer mudança demorará para provocar impacto no conjunto da frota brasileira. "Somos um país pobre", diz. Sem estímulos à renovação, os carros eletrificados conviverão com os velhos movidos a combustão por muitos anos.

É certo, porém, que a mudança deve impactar diretamente os investimentos das usinas, que já vêm à mingua há alguns anos. Pogetti lembra que qualquer investimento no setor sucroalcooleiro precisa de um horizonte de ao menos dez anos.

Mas nem por isso o setor está imóvel. Fabio Venturelli, presidente do grupo São Martinho, lembra que as usinas já operam em outros segmentos, como cogeração de eletricidade e açúcar. Segundo o executivo, há, ainda, espaço para outros derivados da cana, como plástico, vacinas e vitaminas. Mas, para ele, a substituição total da frota no Brasil por veículos elétricos é um cenário "utópico".

Para o futuro dos grupos estrangeiros que vieram ao país, o cenário é distinto. A americana Bunge, por exemplo, já indicou que não pretende seguir no segmento por muito mais tempo. Já a chinesa Cofco, está menos preocupada com as mudanças iminentes, dado que seu maior interesse está na produção de açúcar e em cogeração. "Etanol não é nosso foco", diz Marcelo Andrade, presidente global de açúcar da Cofco.

A história do carro a etanol sempre foi marcada pela falta de competitividade em relação aos preços da gasolina. "O etanol oferece vantagem em relação ao elétrico se a geração da energia for numa termoeletrica. Mas o Brasil sempre patinou na questão do preço", destaca Joseph Jr.

O primeiro carro a álcool no país foi produzido em 1979. Mas problemas com preço arruinaram o Proálcool na década de 1990. Mais tarde, em 2003, o etanol voltou a ganhar credibilidade com o surgimento do motor flex, que permite usar, no mesmo tanque, gasolina e etanol. Hoje, o derivado da cana representa mais de 30% do consumo de combustíveis no Brasil, incluindo a parte que é misturada à gasolina.

Enquanto a Volvo anuncia que todos os seus carros terão motor elétrico a partir de 2019, para alguns, o derivado da cana, assim como a gasolina e até o diesel, têm chances de continuar a mover os veículos numa fase de transição que tende a ser mais longa em certas regiões, como o Brasil ou em cidades europeias afastadas dos centros urbanos.

Para Ricardo Abreu, conselheiro da Associação dos Engenheiros Automotivos (AEA), cada país vai se adaptar conforme a disponibilidade de combustíveis. Entre 2019 e 2022, toda a linha de produtos da francesa Peugeot vai oferecer motores a combustão, híbridos e elétricos. "Cada país vai decidir como será sua transição; o ritmo da eletrificação não será o mesmo em todos os lugares", destaca o presidente mundial da empresa, Jean Philippe Imparato. "Em Paris, por exemplo, você não poderá circular em carro daqui a dois anos se o motor não for elétrico. Mas o mesmo não vale para o sul da França, por exemplo", completa.

"A eletrificação dos carros chegará um dia e isso não se discute. Mas o etanol merece uma discussão à parte", afirma o presidente da Mercedes-Benz na América do Sul, Philipp Schiemer. "O balanço dos gases emitidos na geração de energia elétrica não é tão fantástico e o etanol no mínimo empata". Para ele, o etanol, é uma alternativa para o Brasil, "mas carece de 'lobby', de uma explicação melhor do seu potencial".

Executivos e especialistas do setor sucroalcooleiro ressaltam também que uma adoção do carro elétrico a bateria no Brasil demandaria um investimento sem precedentes em infraestrutura de produção e distribuição de energia.

Segundo Plinio Nastari, presidente da consultoria Datagro, em 2016, a frota de veículos leves do Brasil consumiu em combustíveis o equivalente a 462 mil gigawatts-hora (GWh), enquanto o consumo por indústrias e residências foi praticamente igual, de 460 mil GWh.

Se a opção por híbridos ou movidos por células de hidrogênio for adotada no Brasil, as usinas poderão manter ou até ampliar presença no setor de energia, afirma Nastari. "No longo prazo, é provável que o aumento da demanda por etanol e bioeletricidade seja maior que por açúcar", destaca.

A Volkswagen planeja importar o Golf elétrico da Alemanha. "Mas antes temos que ter absoluta certeza de que haverá estações de carregamento", diz o presidente da Volks na América do Sul, Pablo Di Si. "O custo das baterias do elétrico caiu 70% nos últimos três anos. Mas ainda há, no mundo, fortes subsídios para esse tipo de veículo. Por isso, os modelos flex continuarão por um bom tempo", destaca Di Si.

Os principais centros de engenharia de veículos já começam a abandonar o desenvolvimento de motores a combustão. Ao mesmo tempo, tecnologias para um futuro mais longo abrem espaço para a sobrevivência do etanol. A questão é saber o quanto da atual infraestrutura brasileira dedicada ao abastecimento veicular será necessária.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Lucinda Pinto | De São Paulo

Título: Ação da BR pode atrair investidor de Ultrapar e Cosan

A decisão da Petrobras de preservar o controle da BR Distribuidora e colocar no mercado entre 25% e 40% do capital da controlada não é vista, necessariamente, como uma má notícia. Se provocar um desconto em relação a pares importantes no setor, como Ultrapar e Cosan, a oferta da BR pode levar os investidores a migrar suas posições desses papéis para a distribuidora estatal, avaliam gestores.

Profissionais ouvidos pelo **Valor** reforçam que a abertura de capital da BR ainda está em fase preliminar e que, na hipótese dessa operação ocorrer, o desconto apresentado precisará ser relevante para atrair o mercado. Eles já observam, no entanto, que essa possibilidade pode começar a movimentar as ações das concorrentes a partir de agora.

"Acho que a BR nunca será um ativo como Ultrapar, porque será pelo menos 60% estatal, mas pode ser muito atrativo a depender do desconto em relação aos concorrentes", explica o gestor de um grande fundo paulista. Ele observa que, hoje, a relação entre preço e lucro (P/L) da Ultrapar está em 24 vezes. "Se a BR for a mercado com um múltiplo de 18 vezes, por exemplo, será um super negócio para a Petrobras", diz. No caso da Cosan, o P/L hoje está em 13 vezes, mas é preciso considerar que a empresa carrega, em grande parte, a atividade de produção de açúcar. "A BR também tem a vantagem de ser o único ativo puro de distribuição", observa.

Para o gestor, variável importante a ser observada no processo é o nível de governança corporativa adotado pela BR. Garantida a governança, a distribuidora tem potencial de crescimento muito grande, dada a perda de performance e fatia de mercado observada nos últimos anos. "Há um crescimento potencial relevante ante Cosan e Ultra", afirma. "A BR é uma marca forte, que saiu muito de cena recentemente."

Como a expectativa do mercado é que a precificação da oferta da BR saia em meados de dezembro, nos próximos dias as ações da Ultrapar e Cosan já podem

começar a refletir a expectativa pela operação. Em tese, investidores interessados em comprar BR podem se antecipar e desfazer posições em Ultrapar e Cosan, aproveitando preços mais vantajosos. "Acho que é um movimento que começará a ser percebido nos próximos dias", diz.

Para outro gestor, a mudança para a BR não depende da avaliação dos ativos de Ultra e Cosan estarem caros, mas sim apenas do desconto que a distribuidora terá perante eles. "Acredito que esse desconto deve ser maior do que 20% para atrair o investidor", opina. "Mas vamos precisar aguardar para saber se não vão queimar a largada e definir um 'valuation' já esticado, sem deixar potencial de entrada para o mercado."

Segundo Eduardo Cavalheiro, gestor da Rio Verde Investimentos, o desconto terá que ser grande porque o grupo Ultra é hoje muito bem avaliado pelos investidores. "Além disso, o grande erro da Petrobras na venda da BR é mantê-la como estatal. Isso aumenta a dúvida do investidor", diz ele, que aposta em um desconto entre 30% e 40% para o interesse do investidor se firmar. "No múltiplo de Ebitda [valor dividido por lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização], a Ultrapar é negociada a 12 vezes. Então, a BR teria que ser negociada a 7 ou 8 vezes para haver interesse", calcula.

Outros especialistas, porém, ponderam que, apesar de possível, esse movimento de mudança de ativos ainda é prematuro. "É cedo para avaliar essa migração, e os tamanhos de Cosan e Ultra são parecidos com a BR, considerando que as duas têm outros negócios", diz um analista de um grande banco de investimentos.

As ações de Ultrapar (alta de 0,37%, a R\$ 78,88) e da Cosan (0,47%, a R\$ 38,44) fecharam ontem com ganhos, em dia que o próprio Ibovespa teve desempenho bom. O índice encerrou com alta de 0,51%, aos 76.591 pontos.

O movimento positivo foi basicamente pautado pela retomada da força compradora, em dia que as bolsas americanas bateram novos recordes e alguns ativos se recuperaram de quedas recentes, caso das varejistas. Entre os maiores ganhos do Ibovespa, as ações da Lojas Renner subiram 4,31%, a R\$ 37,50.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Carolina Mandl e Camila Maia | De São Paulo

Título: Neoenergia retoma oferta de ações

Depois de chegarem a um acordo sobre o valor que vão atribuir à Neoenergia, os sócios da companhia elétrica vão retomar o processo de abertura de capital da empresa na bolsa de valores, segundo o **Valor** apurou com duas fontes.

No começo de outubro, o IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês) foi adiado depois que Banco do Brasil (BB), Previ (fundo de pensão dos funcionários do BB) e Iberdrola não chegaram a um consenso sobre o valor das ações a serem colocadas à venda.

O início deste mês era o prazo final para a realização da oferta com a apresentação das demonstrações financeiras do segundo trimestre aos investidores. Agora, a Neoenergia vai esperar a divulgação dos números do terceiro trimestre, prevista para acontecer em novembro, antes do dia 9, para retomar a transação.

Depois de sondagens iniciais com investidores, a recomendação dos bancos coordenadores da oferta foi atribuir um valor abaixo daquele que alguns acionistas esperavam conseguir.

Segundo o **Valor** apurou, depois das discussões, os sócios agora chegaram a um acordo para levar a operação a mercado com um piso em torno de R\$ 16 bilhões a R\$ 17 bilhões. Com isso, a empresa espera conseguir atrair uma demanda suficiente de investidores para elevar o preço dos papéis.

Alguns acionistas preferiam já ter lançado a oferta de ações para não correr o risco de concorrer com o IPO da BR Distribuidora, o que pode dispersar mais os investidores. A controlada da Petrobras pretende abrir o capital até o fim deste ano.

A oferta de ações da Neoenergia tem como objetivo criar liquidez para seus dois acionistas minoritários, BB e Previ. Além disso, a companhia elétrica busca captar recursos novos para realizar investimentos em negócios ainda não detalhados na minuta do prospecto do IPO.

MME / ASCOM .